



Grupo de Monitoramento Carcerário cadastra 700 presos no Maranhão



Cerca de 700 apenados dos regimes aberto e semiaberto do Maranhão foram cadastrados no sistema de dados psicossociais do Programa Começar de Novo.

O programa possibilita traçar um censo carcerário com o perfil socioeconômico dos presos nessa condição para fins de execução de medidas de ressocialização pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com o Tribunal de Justiça.

Dos apenados cadastrados, 665 estão no regime semiaberto, 30 estão no regime aberto e apenas um é egresso, que está em liberdade, mas continua sendo acompanhado pelo Programa. A maioria (92,81%) é do sexo masculino.

De acordo com os dados prévios do

relatório, 76,43% têm interesse em trabalhar na construção civil, em diversas modalidades, e 68,10% desejam abrir seu próprio negócio. Dos cadastrados, 85,7% declararam que sabem ler e escrever e 36,78% concluíram o ensino fundamental (6º ao 9º ano).

O sistema também permite que o cadastro aponte informações previdenciárias: 32,61% dos internos declararam que já contribuíram para o INSS e 33,47% trabalharam com carteira assinada. Duzentos e setenta e oito (39,94%) foram trabalhadores rurais e 40% pescadores.

A renda familiar declarada por 90% dos entrevistados está em torno de um salário-mínimo.

Mais da metade (58%) declarou ser pardo ou negro e 54% declararam ser católicos e 23% evangélicos.

Mais de 100 internos foram atendidos pelos psicólogos e assistentes sociais do Programa Começar de Novo para serem encaminhados a cursos profissionalizantes e ao mercado de trabalho.

As empresas da construção civil estão oferecendo 350 vagas, em diversas funções no segmento.

Atualmente, cerca de 40 cadastrados no sistema estão trabalhando, recebendo remuneração e sendo apoiados por quinze empresas, parceiras do programa, nas áreas de serviços gerais, mecânica, lavanderia e refrigeração.

PARCERIA – O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Programa Começar de Novo e da 2ª Vara de Execução Penal (VEP), assina, em julho, dois termos de cooperação técnica com a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE).

O primeiro tem o objetivo de favorecer o ingresso dos detentos dos regime aberto e semiaberto e livramento condicional no mercado de trabalho, na perspectiva de sua reintegração social.

O segundo termo de cooperação técnica tem como foco a capacitação dos profissionais que atuam em estabelecimentos prisionais, bem como o ingresso dos apenados do regime fechado no mercado de trabalho.

EDITORIAL



Chegamos ao final do primeiro semestre do ano com uma sensação positiva de que estamos cumprindo responsabilmente o nosso dever na honrosa missão de desenvolver projetos importantes para o fortalecimento do Poder Judiciário.

Várias iniciativas da nossa gestão, destacadas neste informativo, proporcionaram significativos avanços estruturais e operacionais no âmbito do Poder Judiciário, ajudando na concretização da meta de aproximar cada vez mais o jurisdicionado dos serviços da Justiça.

Vale a pena ressaltar os investimentos que quadruplicaram a velocidade de conexão entre as unidades jurisdicionais e a base de dados do Poder Judiciário, com investimento anual na marca de R\$ 7 milhões, garantindo mais agilidade na transmissão de dados e maior produtividade dos serviços oferecidos à sociedade.

Essas e outras ações desenvolvidas ao longo da nossa gestão retratam o empenho e a nossa luta incansável para elevar cada vez mais o nome do Poder Judiciário no cumprimento do seu papel institucional, buscando dar uma contribuição valiosa para a promoção da Justiça e dos sagrados instrumentos que refletem a cidadania.

Merece destaque a obra de revitalização do Fórum de São José de Ribamar – visando dar àquela comarca uma melhor estrutura física e funcional diante de uma demanda cada vez mais crescente –, assim como a construção do novo estacionamento do Fórum de São Luís, obra que se integra ao projeto de ampliação da atual sede do Judiciário da capital.

Destacamos, mais uma vez, o brilhante trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário, que acaba de realizar o cadastramento de cerca de 700 apenados do sistema aberto e semiaberto no banco de dados psicossociais do Programa Começar de Novo, visando promover a reinserção social desses apenados.

Reafirmamos que não nos desviaremos da defesa das prerrogativas profissionais dos juízes que corajosamente vêm honrando a Magistratura, muitas vezes exercida em situações de risco, como foi o caso da juíza de Cururupu, Lúcia Quadros, alvo de ameaças e intimidações, que mereceram nossa repugnância em ato público realizada naquela comarca.

Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto
Presidente

NPE discute medição de produtividade



O Núcleo de Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça (NPE/TJMA) discutiu, em junho, os critérios definidos para a concessão da Gratificação de Produtividade Judiciária com os servidores de gabinetes de desembargadores, a exemplo do que ocorreu com os juízes e secretários dos juizados especiais da capital.

A reunião foi aberta pelo presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, que destacou o empenho do Poder Judiciário em oferecer as condições adequadas para os magistrados e servidores desenvolverem suas atividades, com inúmeros investimentos em infraestrutura.

“Com esforço, estamos fazendo um melhor aproveitamento dos recursos para suprir as necessidades, que não são poucas, mas estão sendo superadas com o planejamento estratégico, cujos resultados têm nos fortalecido no enfrentamento dos desafios” ressaltou.

GRATIFICAÇÃO - A Gratificação de Produtividade Judiciária é regulamentada pela Resolução 05/2011 e contempla os servidores das unidades administrativas e judiciárias de 1º e 2º grau que atingirem as metas estabelecidas para cada ano.

A gratificação pode chegar a 100% do vencimento básico dos servidores, sendo

que, no caso das unidades judiciárias, leve-se em consideração também o melhor desempenho dentro do grupo a que pertence.

Na reunião, a coordenadora do Núcleo de Planejamento Estratégico, juíza Sônia Amaral, defendeu o programa de metas de produtividade, apontando os avanços alcançados até agora, com a implantação do planejamento estratégico no Judiciário maranhense.

A juíza disse que “a gratificação servirá como estímulo para concretização de ações, beneficiando diretamente os jurisdicionados”.

ÍNDICES - De acordo com a metodologia apresentada para aferir a produção dos juizados especiais e o alcance das metas relativas ao ano de 2011, foram estabelecidos dois índices: de congestionamento e de produtividade.

O primeiro índice faz a relação de três variantes, que são a quantidade de processos julgados, o número de ações iniciadas e o acervo processual já existente na unidade.

O segundo critério leva em consideração apenas os processos iniciados e os julgados no período estabelecido para cada ano.

Será considerada vencedora a unidade que obtiver maior pontuação no somatório das metas.

Aumento no auxílio-alimentação

Em sessão administrativa, em junho, o pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou o aumento de 50% sobre o valor do auxílio-alimentação concedido aos servidores ativos do Judiciário. Com a decisão, o benefício passa de R\$220,00 para R\$330,00 a serem pagos a partir de 1º de agosto de 2011.

O valor de R\$ 330,00 a ser pago a cada servidor beneficiado equivale a R\$ 15,00 diários, multiplicados por 22 dias de trabalho no mês.

O pagamento do benefício está previsto no artigo 7ºA da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, que dispõe sobre auxílio-alimentação destinado aos servidores ativos dos quadros de pessoal do Poder Judiciário. O aumento será regulamentado por meio da Resolução nº 21/11.

Em pouco mais de um ano, é a segunda vez que o valor do auxílio é corrigido na atual gestão. O último aumento foi implantado em março de 2010, quando o benefício passou de R\$ 176,00 para R\$ 220,00.



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto
Presidente

Desa. Cleonice Silva Freire
Vice-presidente

Des. Antonio P. Guerreiro Júnior
Corregedor Geral da Justiça

Des. Antonio Fernando Bayma Araújo
Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf
Des. José Stélio Nunes Muniz
Des. Raimundo Freire Cutrim
Des. Cleones Carvalho Cunha

Desa. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa
Des. Benedito de Jesus Guimarães Belo
Desa. Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães

Desa. Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz
Desa. Raimunda Santos Bezerra
Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Des. Marcelo Carvalho Silva
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Des. Paulo Sérgio Velten Pereira
Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa
Des. Raimundo Nonato de Sousa
Des. Jaime Ferreira Araújo

Des. Raimundo Nonato Magalhães Melo
Des. José Bernardo Silva Rodrigues
Des. José de Ribamar Fróz Sobrinho
Des. José Luiz Oliveira de Almeida

Raimundo Moraes Bogéa
Sônia M. Amaral Fernandes Ribeiro
Juizes Auxiliares

EXPEDIENTE

TJ Notícias é uma publicação
do Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão

Assessoria de Comunicação
da Presidência

Av. Pedro II - Centro - São Luís-MA
CEP: 65.010-905 - Fone: 2106-9000

Twitter: @TJ_MA
Site: www.tjma.jus.br
E-mail: asscom@tjma.jus.br

Jornalista Responsável:
Helena Barbosa (MTE-391-JP)

Reportagem:
Amanda Mouzinho, Andréa Colins,
Antônio Carlos de Oliveira, Irma Helenn,
Joelma Nascimento, Juliana Mendes,
Paulo Lafene e Orquídea Santos

Diagramação:
Tiago Erre

Fotos:
Asscom/Ribamar Pinheiro



Autoridades judiciárias prestam solidariedade à juíza de Cururupu



“Nenhum juiz, em qualquer lugar do Estado, está sozinho. Qualquer intimidação a um magistrado é uma tentativa de desestabilizar a paz e um atentado ao Estado Democrático de Direito, e isso o Judiciário não irá tolerar”. A afirmação foi feita pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, durante ato público na Unidade Escolar Sagrado Coração, na cidade de Cururupu, em apoio à juíza Lúcia Quadros, que está sofrendo ameaças atribuídas à sua atuação profissional na comarca.

Gedeon disse que o Tribunal de Justiça estará presente onde qualquer magistrado tiver sua independência de julgar ameaçada. “Nenhum juiz pode ser ameaçado porque decidiu de acordo com a sua consciência, nos termos da Constituição e das leis e na defesa da independência funcional da magistratura”, frisou.

De acordo com o presidente do TJMA, o Estado de Direito não tolera a imposição de forças que querem quebrar as regras e as leis constituídas com ameaças e intimidações. “Manifestamos a mais absoluta re-

pugnância àqueles que querem afrontar o Poder Judiciário”, assinalou Gedeon.

FORTELECIDA - A juíza Lúcia Quadros agradeceu o apoio do Poder Judiciário e disse se sentir fortalecida para atuar na comarca. “O apoio recebido me dá a certeza de que estou desenvolvendo meu trabalho com responsabilidade e seriedade. Procurarei sempre honrar a magistratura e estou convicta de que estou cumprindo meu dever, ao agir com independência e imparcialidade nas decisões judiciais”, afirmou.

A juíza atribui as ameaças recebidas à atuação de grupos políticos da região de abrangência da comarca, que estariam com interesses contrariados por força das decisões judiciais naquela comarca.

Além da diretora geral do TJMA, Alessandra Darub, e do juiz auxiliar da Presidência, Raimundo Bogéa, participaram do ato o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, José Brígido Lages, o juiz José Costa (AMMA), dentre outros magistrados com atuação em comarcas da baixada ocidental maranhense.

TJMA reforma e amplia sede da comarca de Ribamar



Os serviços de reforma e ampliação do fórum de São José de Ribamar, iniciados em abril, estão em ritmo acelerado. A obra – que vai melhorar a infraestrutura da Justiça estadual naquela comarca – deve ficar pronta até o mês de outubro.

Para a realização dos serviços, a construtora licitada para realizar a obra (Dinamarca) recrutou – por sugestão do Poder Judiciário – os trabalhadores da própria comarca, além de apenas os que cumprem sentenças em liberdade. A construtora também negociou com comerciantes locais a compra dos materiais de construção utilizados na reforma do Fórum.

INVESTIMENTO - Os investimentos do TJMA para a reforma e ampliação do Fórum de Ribamar – oriundos do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ) – totalizam R\$ 1.197.376,82.

O projeto segue o padrão arquitetônico adotado pelo Judiciário para as unidades jurisdicionais em todo o Estado. A estrutura do imóvel está sendo planejada em 723,61m² de área a ser ampliada e a reforma em área existente de 610,05 m².

Dentre os serviços de ampliação a serem realizados pela diretoria de Engenharia do

TJMA estão a instalação de mais duas varas para a comarca, dotadas de gabinete do juiz, assessoria, sala de audiência, secretaria judicial, estacionamento e áreas de vivência devidamente adaptadas, seguindo as normas e padrões de acessibilidade para oferecer melhores condições de atendimento à comunidade.

SERVIÇOS - Na primeira etapa de trabalho, foram feitos os serviços de limpeza geral do terreno e instalação do canteiro de obra. A fundação do prédio e a concretagem de pilares estão em fase de conclusão.

De acordo com o cronograma de execução, os serviços de reforma consistem na recuperação do telhado; reforma de banheiros; instalação de novos pontos de eletricidade, lógica e telefonia; revisão na rede hidráulica e sanitária; colocação de divisórias; substituição de luminárias; pintura interna e externa do prédio, muro, esquadrias de madeira e grades metálicas.

O quadro de medição de energia será substituído, como também a tubulação de esgoto. Serão construídas caixas de inspeção para ventilação em rede sanitária e substituição das louças e metais dos banheiros e copa.

TCE aprova prestação de contas do FESMAM



Os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA), em sessão plenária ordinária, aprovaram, por unanimidade, a prestação de contas de gestão do Fundo Especial da Escola Superior de Magistratura (Fesmam) relativa ao exercício financeiro de 2009, dando quitação plena aos desembargadores Raimundo Cutrim e Jamil Gedeon, respectivamente, presidente e corregedor geral de Justiça, naquele ano.

O processo (nº 1864/2010), que trata

das contas do mencionado exercício, teve como relator o conselheiro substituto do TCE, Antonio Blecaute Barbosa, e recebeu parecer favorável (nº2338/2011) do procurador Douglas Paulo da Silva, do Ministério Público de Contas, cujo relatório não apontou qualquer ressalva quanto à documentação financeira apresentada pelos desembargadores Raimundo Cutrim e Jamil Gedeon, julgando regular a prestação de contas do Fesmam.

A sessão plenária ordinária em que a prestação de contas do Fundo Especial da Esmam foi aprovada ocorreu no dia 1º de junho, com a presença dos conselheiros Yêdo Lobão – naquela data no exercício da presidência do TCE/MA –, João Jorge Jinkings Pavão, José de Ribamar Caldas Furtado, Antonio Blecaute Costa Barbosa (relator), do auditor Melquizedeque Nava Neto, e da procuradora Flávia Gonzalez Leite, do Ministério Público de Contas.



Definido valor de gratificação para juiz diretor de Fórum

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) definiu em 5% do valor da remuneração do juiz a gratificação a ser paga aos magistrados que ocupam cargo de direção de fórum. Proposta de projeto de lei que fixa o percentual foi aprovada por unanimidade na sessão plenária no início de junho. A proposta de projeto de lei será analisada pela Assembleia Legislativa do Maranhão.

Os desembargadores concordaram com a sugestão do desembargador Raimundo Cutrim de fixar um valor único em termos percentuais, mas que será diferenciado em razão da remuneração de cada juiz, de acordo com a entrância em que ocupar o cargo – inicial, intermediária ou final.

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz José Brígido Lages, disse que a gratificação servirá de estímulo para todos os juizes, não apenas para os que já ocupam cargo de direção.

Brígido lembrou que outro projeto de lei de criação da gratificação já havia sido aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pela governadora Roseana Sarney, mas a parte que estabelecia a fixação do valor por meio de resolução do TJMA foi vetada. Por causa disso, um novo projeto de lei foi proposto, desta vez somente para fixar o percentual.

Fórum de São Luís terá novo estacionamento

Até o final de julho deve ser iniciada a última etapa da obra de construção do novo estacionamento do Fórum de São Luís, que faz parte do projeto de ampliação da sede atual do Judiciário na capital.

O estacionamento abrigará, na lateral do imóvel, cerca de 445 vagas destinadas aos advogados, defensores públicos, promotores de Justiça e partes processuais. Juizes de Direito, diretores e servidores terão mais 248 vagas privativas, situadas atrás do prédio.

Atualmente, o fórum oferece pouco mais

de cem vagas para os visitantes, improvisadas na frente do prédio, que são utilizadas também por freqüentadores de outros órgãos públicos e privados das redondezas.

“Ao final da obra, o fórum de São Luís será o único órgão da Justiça no Estado a ter estacionamento com capacidade para abrigar os públicos interno e externo”, ressaltou o presidente do TJMA, Jamil Gedeon.

Já estão em conclusão os serviços de terraplenagem para deixar o terreno pronto para receber a pavimentação e adequação do espaço. O trabalho de compensação do

desnível do terreno movimentou cerca de 10 mil metros cúbicos de terra, com a finalidade de compensar o desnível existente na área.

Após a fase de preparo do solo, terá início a pavimentação, quando deverá ser aplicada a primeira aplicação de material betuminoso sobre a base do terreno, antes do revestimento final.

A etapa de imprimação do terreno tem o objetivo de aumentar a resistência da superfície, impermeabilizar o terreno e aumentar a aderência entre a base e o revestimento.



Ementário de decisões disciplinares é disponibilizado na internet

Está disponível para consultas no site do Tribunal de Justiça do Maranhão o ementário dos procedimentos disciplinares (processos e sindicâncias) instaurados para apurar possíveis irregularidades no serviço público, causadas por servidores do Judiciário no exercício de suas atividades.

Com a publicação na internet, qualquer interessado poderá acessar o conteúdo. A medida reflete a intenção de fortalecer a transparência de todos os atos praticados no Tribunal e faz parte de uma série de mudanças que vem sendo implantadas na Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias.

Com a sistematização dos procedimen-

tos disciplinares, o Tribunal objetiva melhorar a qualidade dos serviços prestados e dar maior segurança jurídica aos servidores submetidos a esse tipo de procedimento, já que eles poderão tomar conhecimento do posicionamento que vem sendo adotado, tanto pelo TJMA quanto pela Corregedoria Geral da Justiça, em casos semelhantes.

O TJMA é a segunda Corte de Justiça do país a implantar essa medida, tendo sido precedido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

Para pesquisar o ementário disciplinar, basta consultar o portal do Poder Judiciário do Maranhão na internet, no endereço: www.tjma.jus.br – processos disciplinares.

Juizados cíveis e criminais serão transferidos para nova sede

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) decidiu, em sessão administrativa, em junho, por maioria, que os treze juizados cíveis e das relações de consumo e os três juizados especiais criminais de São Luís funcionarão no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, na área onde funcionam, atualmente, as varas judiciais.

As varas existentes no fórum serão transferidas para o prédio anexo que está em construção, com previsão de entrega para dezembro deste ano.

A decisão atendeu à solicitação dos juizes titulares dos juizados especiais à Corregedoria Geral da Justiça, por meio de abaixo assinado.

REDUÇÃO DE GASTOS - No documento, os juizes argumentam que o objetivo é otimizar a prestação de serviço à população, além de outras mudanças positivas, a exemplo da redução de gastos com o aluguel de prédios pelo Poder Judiciário.

O relator do processo, desembargador Jamil Gedeon, enfatizou em seu voto que o fórum é o local ideal por permitir aos jurisdicionados encontrar, no mesmo espaço, os juizados e as varas judiciais, com serviços mais próximos, modernos e céleres.

Ele disse também que a medida vai evitar o deslocamento desnecessário de um bairro para o outro, dependendo do problema em questão.



Conexão das comarcas à internet ganha mais velocidade



O Tribunal de Justiça do Maranhão instalou equipamentos de informática em unidades judiciais e administrativas que vão quadruplicar a velocidade de conexão entre as unidades jurisdicionais e a base de dados do Poder Judiciário, em São Luís. A medida agiliza os procedimentos nas secretarias judiciais no atendimento ao público.

Os links para conexão à internet que vinham sendo utilizados eram lentos e causavam prejuízos às atividades forenses. Com a instalação dos novos equipamentos, com capacidade de 2Mb (4 vezes a velocidade atual), a Justiça estadual vai dispor de melhor infraestrutura de tecnologia, refletindo em agilidade na transmissão de dados e maior produtividade dos serviços oferecidos ao cidadão. “Com um serviço mais ágil, o

cidadão que se dirigir ao fórum para obter informações será melhor atendido”, ressaltou o diretor de informática do TJMA, Paulo Rocha.

O Poder Judiciário está investindo anualmente R\$ 7 milhões no processo de instalação e manutenção dos links em prédios do Judiciário. Os serviços estão sendo executados de acordo com os prazos estabelecidos no cronograma do contrato firmado com a empresa Oi. Receberam os novos links os juizados especiais cíveis e das relações de consumo do Centro, Anjo da Guarda, Ceuma, São Francisco, Cohama, Anil e João de Deus, além dos juizados especiais criminais do Fórum e do Anil, Casa da Criança e o setor de almoxarifado da Coordenadoria de Material e Patrimônio do TJ.

COMARCAS – Em junho deste ano, o Tribunal de Justiça instalou os links de 2mb (megabites) nas comarcas de Caxias, Codó e Bacabal.

Uma equipe formada por três técnicos do setor de informática do Tribunal de Justiça do Maranhão, acompanhada por técnicos da empresa responsável, visitou as comarcas para auxiliar na implantação do sistema.

A secretária judicial do 7º Juizado Especial de Consumo (Ceuma), Marcela Lauande, destaca que a implantação do novo link, dinamizou o trabalho naquele juizado.

“Em uma semana, já foi possível notar a diferença, ganhamos mais agilidade no desenvolvimento das nossas ações, principalmente, quanto ao Processo Judicial Digital – o Projudi”, enfatizou.

TJMA licita construção de fóruns em Magalhães de Almeida e Pio XII

Duas licitações na modalidade concorrência, tipo menor preço, no regime de empreitada por preço global, foram abertas pela Comissão Permanente de Licitação do Tribunal de Justiça do Maranhão, visando à contratação de empresas especializadas em obras e serviços de engenharia para a realização da construção dos fóruns nas comarcas de Magalhães de Almeida (422 km de São Luís) e de Pio XII, (272 km da capital), ambas de entrância inicial.

As licitações serão realizadas nos dias 22 (comarca de Magalhães de Almeida) e 26 de julho (comarca de Pio XII), às 9h30, na sala da Comissão Permanente de Licitação (Rua Joaquim Távora, 173, altos, Centro em São Luís).

O terreno para a construção do novo fórum na comarca de Magalhães de Almeida tem 2.000m², sendo que a área construída ocupará um espaço de 280 m², incluindo o gabinete do juiz, secretaria, salas de audiência e de oficiais de Justiça, recepção e ar-

quivo. O projeto prevê também a ampliação de varas e construção do salão de júri. A área de urbanização ocupará aproximadamente 365 m².

Na comarca de Pio XII o terreno também é de 2.000 m², onde 380m² será de área construída, com a instalação de gabinete do juiz, sala de audiência, salas de oficiais de Justiça, recepção, secretaria e arquivo. Além de área de urbanização de 365 m², o projeto a possibilidade de ampliação de varas, salão do júri, entre outros.

Os estacionamentos públicos dos dois fóruns terão rampas para facilitar a acessibilidade de pessoas com deficiência e capacidade para seis veículos cada um.

As empresas responsáveis pelos serviços de reforma seguem o padrão arquitetônico que vem sendo adotado pelo Judiciário para as unidades jurisdicionais de todo o Estado.

Os interessados poderão obter informações e consultar os editais das licitações no Tribunal ou pelo telefone (098) 3221-9514.



Terreno onde será construído o Fórum da comarca de Pio XII

Tribunal apoia campanha de combate ao uso do crack

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) apoia a disseminação da campanha institucional “Crack nem pensar”, lançada no dia 26 de junho – Dia Nacional de Combate às Drogas – durante os jogos do Brasileiro.

PARCERIA – A campanha, que tem como objetivo conscientizar a população sobre as conseqüências nefastas e os efeitos devastadores da droga para os usuários e familiares – é desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com o

Instituto “Crack nem Pensar” e com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com o apoio de redes de televisão, clubes e federações estaduais de futebol.

Para a divulgação da campanha, várias ações serão desenvolvidas na área de comunicação, incluindo a veiculação – até o dia 31 de julho – de um vídeo, nas redes de TVs abertas, sobre os perigos do consumo da droga.

O crack tem sido uma das protagonistas do aumento das taxas de criminalidade e da

destruição de núcleo familiares em todo o país.

Sobre o tema foi elaborada também uma cartilha educativa, cujos exemplares serão distribuídos junto às coordenadorias da infância e juventude dos tribunais de Justiça do país.

MATERIAL – Todas as peças publicitárias da campanha estão disponíveis gratuitamente no hot site: www.cnj.jus.br/crack-nempensar.





Cônsul geral da Alemanha visita Judiciário

A vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, no exercício da Presidência em junho, recebeu a visita protocolar do cônsul geral da República Federal da Alemanha em Recife (PE), Thomas Wülfing, e do cônsul honorário em Fortaleza (CE), Dieter Gerding.

Um dos assuntos abordados na visita de cortesia foi o funcionamento do Poder Judiciário do Maranhão e o uso de novas tecnologias para a agilização do sistema judicial. "Temos investido bastante para aproximar o cidadão do Poder Judiciário, que passa por uma fase de expressivas mudanças, principalmente do ponto vista da modernização dos serviços oferecidos à sociedade", informou a desembargadora aos diplomatas.

O cônsul geral se interessou sobre a estrutura do Poder Judiciário maranhense e ressaltou que, embora o Judiciário alemão

seja bem organizado, a estrutura judicial naquele país ainda utiliza muito o papel, necessitando da implantação de modernas tecnologias para a virtualização dos procedimentos processuais. "A Justiça brasileira já vive uma experiência mais interessante e avançada nesse aspecto", salientou.

O cônsul honorário, por sua vez, falou das riquezas do Estado do Maranhão. Disse que desde a última visita ao Maranhão, há quinze anos, ficou encantado com as belezas naturais e suas fortes características culturais. "É uma terra de grandes potencialidades", ressaltou.

Ao final do encontro, a vice-presidente, desembargadora Cleonice Freire, ofereceu aos visitantes livros dos desembargadores Cleones Cunha e Lourival Serejo e exemplares das revistas jornalística e de jurisprudência produzidas pelo tribunal.



Desembargadores participam do lançamento do programa de gestão automatizada dos atos processuais

Presidentes de tribunais de todo o país se reuniram no dia 22 de junho, no plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para assistirem à apresentação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), sistema que possibilitará a gestão automatizada dos atos processuais na Justiça brasileira. A partir de agora, os tribunais devem formar equipes dedicadas no sentido de implementar o PJe, adequando funcionalidades de acordo com a necessidade de cada órgão, e sugerindo alterações, para que seja homologado o seu uso.

O sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) é um software elaborado pelo CNJ com base na experiência e colaboração de diversos

tribunais brasileiros. O objetivo principal buscado pelo Conselho é manter um sistema de processo judicial eletrônico capaz de permitir a prática de atos processuais pelos magistrados, servidores e demais participantes da relação processual diretamente no sistema, assim como o acompanhamento desse processo judicial, independentemente de o processo tramitar na Justiça Federal, na Justiça dos estados, na Justiça Militar dos estados e na Justiça do Trabalho.

O processo judicial eletrônico, tal como o processo judicial tradicional, em papel, é instrumento utilizado para chegar a um fim: a decisão judicial definitiva capaz de resolver

um conflito. A grande diferença entre um e outro é que o eletrônico tem a potencialidade de reduzir o tempo para se chegar à decisão.

Pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), estavam presentes os desembargadores Jamil Gedeon (presidente) e Jorge Rachid (presidente da Comissão de Informática) e o diretor Paulo Rocha Neto (Informática e Automação).

TJMA - Chefes de gabinetes, coordenadores, dentre outros servidores se reuniram no auditório do TJMA para assistir à apresentação do programa pela internet. Eles acompanharam as explicações sobre o PJe dadas

pelo juiz federal Paulo Cristóvão, auxiliar da presidência do CNJ, incumbido de demonstrar as qualidades e os benefícios que o uso dessa ferramenta proporcionará para que a Justiça alcance mais eficiência, transparência e celeridade na prestação de seus serviços.

O PJe, que vai agilizar o fluxo do processo e permitir mais segurança no registro de alterações, será integralizado a sistemas de outros órgãos - a exemplo da Receita Federal, possibilitando que o advogado apense um documento utilizando um recurso criado dentro do próprio PJe, dentre outras vantagens que contribuem para que os tribunais funcionem de forma coletiva.

Lançada nova edição da Revista de Jurisprudência do TJMA

Foi distribuída, em junho, o quarto volume da Revista do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, que reúne doutrina, discursos e jurisprudência cível e criminal da Justiça estadual.

O coordenador do trabalho, desembargador Lourival Serejo, classifica a Revista como um "importante instrumento de publicidade das decisões e pensamento jurídico da magistratura, pois projeta para o país e para o futuro a cultura jurídica do momento vivido".

O magistrado destaca a homenagem feita na publicação ao desembargador Ben-

to Moreira Lima, através da reprodução de seu discurso de despedida pronunciado em 5 de agosto de 1957.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, responsável pela apresentação da Revista, a segunda de sua gestão, destaca a presença de jurisprudências de 2009 e 2010 acerca do fenômeno da judicialização do direito à saúde.

"É um debate importante, em que o ativismo judicial tem suprido as omissões das políticas públicas voltadas em defesa do cidadão", avalia Gedeon.

Sistema vai informatizar gestão de material no Judiciário

Realizada no final de junho, na Coordenação de Material e Patrimônio, a reunião de apresentação do Sistema Informatizado de Gestão de Material e Patrimônio feita por técnicos da empresa Consult Informática Ltda - vencedora do processo de licitação - e representantes dos setores de Material e Patrimônio.

CONTROLE - Com o sistema - que será implantado em setembro - a Coordenação de Material e Patrimônio terá um melhor controle, tanto na distribuição, quanto no estoque de materiais e de patrimônio, es-

tipulando datas de entrega de materiais comuns que são transportados mensalmente para a Justiça de 1º grau, inclusive com aquisição de uma maior frota de veículos.

ECONOMIA - De acordo com o diretor administrativo do TJMA, Francisco das Chagas, o setor vai conseguir visualizar todas as quantidades e necessidades no atendimento com veículos suficientes para que a entrega não atrase.

"Assim evitaremos o desperdício, reduzindo custos e trazendo uma maior economia", explicou Chagas.